

ATA NÚMERO 132/XIII (3.ª)

A 14 de junho de 2018, pelas 14:00, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Discussão conjunta:

- [Projeto de resolução n.º 544/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão;
- [Projeto de resolução n.º 534/XIII \(2.ª\)](#) (PCP) - Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.

2. Discussão do [projeto de resolução n.º 1554/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Reforço do financiamento ao ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento);

3. Discussão do [projeto de resolução n.º 1566/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que dê continuidade às obras de restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide;

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1386/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias com vista a criação de um regime de exceção para as tradicionais danças e bailinhos de carnaval da Ilha Terceira, no âmbito das taxas referentes aos direitos de autor

5. Outros assuntos.

1. Discussão conjunta:

- [Projeto de resolução n.º 544/XIII \(2.ª\)](#) (PSD) - Valorização e promoção do Mosteiro de Lorvão;

- [Projeto de resolução n.º 534/XIII \(2.ª\)](#) (PCP) - Musealização e pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.

O Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) apresentou o projeto de resolução n.º 544/XIII/2.ª, referindo, em síntese, que o Mosteiro do Lorvão é um monumento nacional do século VI de inegável importância para a região onde se insere e muito mais para o município de Penacova.

Disse que aquele monumento nacional tem tido algumas obras importantes de reconstrução e foi no final de 2015, início de 2016 reconstruído um museu para agrupar todo o espólio do respetivo monumento. Em 3 de novembro de 2016, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou aquele projeto de resolução para a abertura de um museu que recentemente tinha sido construído.

Dois anos depois, o Grupo Parlamentar do PSD verifica que aquele museu apesar de construído continua encerrado e o espólio daquele secular monumento continua espalhado um pouco por todo o território nacional.

Salientou que é importante que o Governo promova a abertura do museu e faça uma valorização e promoção daquele secular mosteiro que é de inegável importância para a região, para o concelho e para o país.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) apresentou o projeto de resolução n.º 534/XIII/2.ª, mencionando, em resumo, que o Grupo Parlamentar do PCP deu entrada daquele projeto de resolução em outubro de 2016 o que levou a que tivessem que fazer uma substituição para atualizar o mesmo, mas efetivamente trata-se daquela necessidade de musealização, ou seja, dar cumprimento ao plano de musealização e ao pleno funcionamento do Museu do Mosteiro do Lorvão.

Mencionou que quando o Grupo Parlamentar do PCP foi a Lorvão e reuniu com a Associação para a Defesa do Mosteiro do Lorvão na altura foram dadas muitas informações preocupantes, nomeadamente existiriam peças em deterioração e o espaço que foi requalificado por não ter qualquer tipo de utilização começa a apresentar sinais de degradação.

Portanto, o que o Grupo Parlamentar do PCP propõe é que seja concretizado urgentemente a realização do projeto de musealização e que seja aberto em pleno ao público o Museu do Mosteiro do Lorvão sendo ele dotado dos meios técnicos, materiais e humanos necessários ao seu funcionamento.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu, em sinopse, que, no que respeita ao projeto de musealização e à necessidade de articular com a autarquia a possibilidade de intervenção, a informação que o Grupo Parlamentar do PS tem é a de que isso está neste momento a ser terminado. Mencionou que são também particularmente relevantes os aspetos frisados quanto à dispersão de algum do património móvel, pelo que seria fundamental que não se perdesse essa ligação ao local, em particular no que respeita à ala anteriormente ocupada pelo Ministério da Saúde. Para o Grupo Parlamentar do PS esse edifício pode ser enquadrável no âmbito do Programa REVIVE no que respeita à dimensão de aproveitamento patrimonial e de recuperação do imóvel para outros usos.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu, em síntese, que o Grupo Parlamentar do BE acompanha ambas as iniciativas e é favorável a que elas sejam aprovadas.

2. Discussão do [projeto de resolução n.º 1554/XIII \(3.ª\)](#) (BE) — Reforço do financiamento ao ANIM (Arquivo Nacional das Imagens em Movimento)

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) apresentou o projeto de resolução n.º 1554/XIII/3.ª, referindo, em síntese, a importância que o Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM) tem para a preservação da memória das imagens em movimento em Portugal.

Mencionou que o ANIM está francamente depauperado em termos de financiamento, mas não apenas em termos de financiamento. Na verdade, não há renovação de pessoal e isto é uma área em que os saberes têm que ser transmitidos.

Ora para que o ANIM possa de facto prosseguir a sua atividade necessita de um reforço de financiamento e é nesse sentido que vai o projeto de resolução do BE que solicita que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- Avalie as necessidades de financiamento do ANIM, financie diretamente através do Ministério da Cultura, com dotações inscritas de forma plurianual, o Arquivo Nacional, de forma a garantir os recursos suficientes ao cumprimento das suas funções;
- Crie um plano de digitalização do Cinema Português e ao qual deverá estar destinado um montante de investimento específico não inferior a 500 mil euros por ano;
- Crie um plano de digitalização da memória audiovisual portuguesa;
- Crie um plano formativo que faça do ANIM a incubadora da próxima geração de arquivistas de imagens em movimento;
- Concretize o projeto museológico da Cinemateca, através da dotação de um montante específico a este projeto.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) referiu, em resumo, que o ponto de base é sempre pertinente, ou seja, é um grau de volatilidade dependente da taxa de exibição que torna difícil fazer programação de médio e de longo prazo e de estruturar o modelo.

Mencionou que no Orçamento do Estado daquele ano há um reforço de 11,5% são cerca de 150 mil euros acrescidos que aumentam via fundo fomento cultural àquilo que está disponível no quadro da Cinemateca, mas efetivamente a natureza do próprio fundo fomento cultural no que diz respeito à adequação de um perfil de regularidade não será o ótimo, ou seja, permite colmatar dificuldades, mas não é ainda o modelo final.

Daí que os pontos sublinhados pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na parte resolutiva sejam pertinentes no que diz respeito à identificação de necessidades permanentes de financiamento e a existência igualmente de uma estrutura de financiamento que não seja tão volátil, não seja tão dependente das circunstâncias e portanto nesse sentido é um projeto de resolução bem-vindo.

A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) mencionou, em síntese, que o ANIM é um departamento da Cinemateca Portuguesa que é responsável pela salvaguarda e conservação do património cinematográfico nacional. Disse que o Grupo Parlamentar do PSD entende que a preservação e a conservação do espólio é importante na medida em que só assim é possível a fruição às gerações futuras.

O Grupo Parlamentar do PSD compreende a posição do Grupo Parlamentar do BE que vem defender através daquele projeto de resolução o reforço do financiamento ao ANIM, contudo convém lembrar que o Grupo Parlamentar do BE votou a favor de todos os orçamentos apresentados pelo atual Governo e o que estão a propor através daquele projeto de resolução podia ter sido inscrito já nalgum dos três Orçamentos de Estado já aprovados.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) disse, em resumo, que o reforço do ANIM é uma questão que o Grupo Parlamentar do PCP tem acompanhado ao longo dos anos, o Grupo Parlamentar do PCP considera que o trabalho da Cinemateca onde se inclui necessariamente o trabalho do ANIM é de uma importância fundamental na política cultural e na democratização do acesso ao património cinematográfico português.

Salientou que a disponibilização bibliográfica, a exibição, a conservação, enfim toda uma série de tarefas que estão acometidas à Cinemateca e ao ANIM estão incumbidas pelo Estado, mas é preciso assegurar os meios para que isso possa acontecer.

Mencionou que é curioso quando o PSD fala da atitude proactiva podia ter tido uma atitude muito proactiva no Orçamento do Estado quando houve uma proposta dotada de 1% para o Orçamento do Estado para a Cultura e não votou favoravelmente.

3. Discussão do [projeto de resolução n.º 1566/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo que dê continuidade às obras de restauro do Mosteiro de Santa Maria de Semide

A Senhora Deputada Fátima Ramos (PSD) apresentou o projeto de resolução n.º 1566/XIII/3.ª, referindo, em síntese, que o Mosteiro de Santa Maria de Semide foi fundado em 1154, é um mosteiro que tem uma característica peculiar porque é um mosteiro com vida, é um mosteiro que acolhe no seu seio cursos de formação profissional e um lar de infância e juventude.

Disse que aquele mosteiro ao longo dos tempos foi tendo algumas obras de restauro. No final dos anos 90 foi elaborado um projeto para o restauro daquele mosteiro, um projeto de arquitetura e um programa de utilização para o mesmo mosteiro, estava na altura previsto que essas obras seriam feitas de forma faseada para que fosse mais fácil o pagamento das mesmas.

Nos anos 2002, 2005 existiram obras de restauro numa das alas que depois não tiveram continuidade. Mais tarde foram realizadas algumas obras no pátio do mosteiro. Em 2013, o claustro teve obras de restauro que foram concluídas em 2015.

Frisou a importância de dar continuidade às obras da ala que teve obras no início dos anos 2000 mas que não foram concluídas.

A Senhora Deputada Carla Sousa (PS) mencionou, em síntese, que o Grupo Parlamentar do PS concorda com a recomendação que é feita ao Governo dando conta da continuidade das obras.

Disse que depois de 2015, numa primeira proposta do mapeamento do Programa do Centro 2020 foram incluídas as obras destinadas a dar continuidade às já realizadas, mas a verdade é que, não sendo aquele um monumento nacional e não sendo património da UNESCO, elas não foram incluídas. Portanto, o Grupo Parlamentar do PS está a tentar perceber como é que se pode encaixar aquelas obras num próximo programa.

Referiu também que a Direção Regional do Centro elaborou um projeto de arquitetura de reabilitação das áreas remanescentes, que está naquele momento quase concluído.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que aquele é um monumento classificado como um imóvel de interesse público. Apesar de não estar classificado como monumento nacional.

A descrição que é feita no projeto de resolução em apreciação ilustra, de uma maneira muito evidente, o próprio processo de desestruturação de toda a tutela ao nível do património cultural e a confusão que acabou por ser gerada por via de programas sistemáticos que resultaram na redução de trabalhadores, na concentração de organismos, em fusões injustificadas e confusões diversas que depois geraram problemas ao nível da tutela e da gestão do património cultural.

Salientou que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações em relação à salvaguardada em geral do património cultural edificado do país.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1386/XIII \(3.ª\)](#) (PSD) — Recomenda ao Governo a adoção das medidas necessárias com vista a criação de um regime de exceção para as tradicionais danças e bailinhos de carnaval da Ilha Terceira, no âmbito das taxas referentes aos direitos de autor

Este ponto a pedido do Grupo Parlamentar do PS foi adiado.

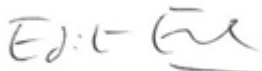
5. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 14 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP na reunião de 20 de junho de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Carla Sousa
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Pinho de Almeida
Joel Sá
Jorge Campos
José Carlos Barros
Margarida Balseiro Lopes
Pedro Delgado Alves
Susana Lamas
Ana Mesquita
Ana Sofia Bettencourt
Fátima Ramos
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
João Torres
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Teresa Caeiro

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Sara Madruga da Costa